



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento visa formalizar a pesquisa de preços para a contratação e subscrição de 2 (duas) licenças do software Orçafascio por um período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo suporte técnico, atualizações periódicas e acesso a novas funcionalidades, para atender às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, conforme disposto no Art. 3º da Instrução Normativa Nº 65/2021, de 01 de julho de 2021, que estabelece normas e diretrizes para a realização de pesquisas de preços no âmbito da Administração Pública.

2. OBJETIVO DA PESQUISA

2.1. O objeto da presente pesquisa de preços é subsidiar a contratação de subscrição de 2 (duas) licenças do software Orçafascio por um período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo suporte técnico, atualizações periódicas e acesso a novas funcionalidades, para atender às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A pesquisa de preços segue as orientações dispostas na Instrução Normativa nº 65/2021, que define que a pesquisa deve ser realizada observando critérios de lisura, transparência e busca pelo melhor custo-benefício para a Administração Pública, respeitando os seguintes parâmetros:

- 3.1.1. Utilização de fontes confiáveis e idôneas;
- 3.1.2. Pesquisa de preços baseada em dados de fornecedores do mercado, registros e compras anteriores e outras fontes válidas;
- 3.1.3. Adequação ao planejamento orçamentário e às necessidades da Administração.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1. A pesquisa de preços foi realizada utilizando as seguintes fontes de consulta, conforme o Art. 3º da Instrução Normativa nº 65/2021:

4.1.1. **Contratos realizados pela Administração Pública:** foram analisadas as contratações realizadas pela Administração Pública nos últimos 12 meses, a partir da consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas;

4.1.2. **Propostas comerciais fornecidas por empresas especializadas:** foi solicitada proposta comercial diretamente ao fornecedor exclusivo do software em questão, e realizado o comparativo com os preços encontrados em outras contratações públicas.

5. RELATÓRIO DE PREÇOS PESQUISADOS

5.1. A planilha de preços de referência está anexa aos autos e nela estão apresentados de maneira detalhada os valores unitários, quantitativos e valores totais por item a ser contratado, de acordo com a pesquisa de preços.

5.2. Não foram considerados nos cálculos os valores unitários que se enquadraram como inexequíveis e/ou excessivamente elevados, seguindo os parâmetros determinados no Ato nº 06/2023/GP/TRT16.

5.3. **Justificativa quanto à estimativa de preços com menos de três valores válidos e metodologia de tratamento dos preços extremos:**

5.3.1. Após análise e tratamento dos valores coletados na pesquisa de preços, verificou-se que os preços de todos os itens constantes na proposta encaminhada pelo fornecedor exclusivo são exatamente iguais aos praticados nas contratações públicas pesquisadas.

6. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Com base nas informações obtidas e analisadas, os custos estimados da contratação são de R\$ 45.558,00 (quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais).

7. ENCERRAMENTO

7.1. Este documento de formalização de pesquisa de preços visa atender às exigências da Instrução Normativa nº 65/2021, de modo a garantir a economicidade, eficiência e transparência no processo de contratação de subscrição de 2 (duas) licenças do software Orçafascio por um período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo suporte técnico, atualizações periódicas e acesso a novas funcionalidades, para atender às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. A pesquisa será anexada ao processo de contratação para posterior análise e deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTOVAM COELHO RODRIGUES, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 14/11/2025, às 12:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO EVANGELISTA CANDIDO JUNIOR, Técnico Judiciário, Especialidade Tecnologia da Informação**, em 14/11/2025, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS GODINHO SANTOS, Analista Judiciário**, em 14/11/2025, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0312045** e o código CRC **4D8E2EF5**.